

O 2 de Julho festivamente comemorado no Rio de Janeiro

UMA SESSÃO SOLENE PROMOVIDA PELA "CASA DA BAHIA"

RIO, julho — (Por via aérea) — Perante numerosa assistência, a "Casa da Bahia" realizou, no auditório do Ministério de Educação e Saúde, uma sessão magna, em comemoração ao 2 de Julho. Presidiu aos trabalhos uma mesa integrada pelo ministro Eduardo Spínola, presidente da "Casa da Bahia", ministro Clemente Mariani, titular da pasta da Educação, general Cândido Caldas, senador Aloisio de Carvalho e professor Bráz de Amaral. Sobre a grande data da história bahiana, usaram da palavra o professor Pedro Calmon, orador oficial da "Casa da Bahia" e os deputados Luiz Viana Filho, João Mendes e Nelson Carneiro.

O discurso pronunciado na solenidade pelo deputado Nelson Carneiro foi o seguinte:

"Quanto mais — Sr. Presidente, meus senhores e minhas senhoras — estudo a epopeia que hoje, por iniciativa da "Casa da Bahia", juntos celebramos, tanto mais me convinço de que, antes que um triunfo militar, ela foi o termo feliz de um largo movimento de opinião. Mas o que sobretudo a singulariza, a meu ver, é que essas vozes de reivindicação vieram das vilas para a capital, depois de sagradas na bravura, no idealismo, no sacrifício dos bairinhos do interior.

Antes do 7 de Setembro, a 14 de Junho, os ricos homens e os influentes políticos se reuniam em Santo Amaro, — recorda o nosso imortal Atrâno Peixoto — "em casa do Dezembarcador Antônio José Duarte de Araújo Gondim, então ouvidor geral da Câmara, para ouvir a Miguel Calmon du Pin e Almeida, que trazia carta de Domingos Borges de Barros, de Portugal, circular de Deputados às Cortes, insubmissos à recolonização do Brasil, incitando à rebelião, com os anseios próprios e gerais à liberdade".

Onze dias mais tarde, Cachoeira acalmava Pedro I defensor perpétuo e protetor do Brasil. E soldadesca e povo, a consulta do procurador Manoel Teixeira de Freitas, decidiram representar ao Príncipe sobre "a retirada da tropa europeia, por ser esta, além de desnecessária, prejudicial ao sócio da província". E à violência do comandante de uma escuna lusitana, que atirou contra a vila, a Cachoeira respondeu com a violência e afinal pôs a ferros toda a tripulação estrangeira.

Menos de uma semana transcorrida, a 29, era a Vila de S. Francisco que se incorporava à eloquente rebelião. Não tardaram a acompanhá-la as de Maragogipe, Valença e Pedra Branca.

Antes, assim, que a idéia contagiasse os homens de Salvador, foi no reconcavo que ela surgiu, cresceu e se tornou invencível. Em Agosto de 1822, já se havia organizado, na Cachoeira, o Conselho interino do Governo da Bahia, integrada pelos representantes das vilas rebeladas. Justo é que, em homenagem a esses batalhões aqui lhe repita os nomes, alguns esquecidos pela gratidão da Pátria: — Francisco Gomes Brandão Monteiro, da Vila de S. Francisco; capitão Manoel

Gonçalves Maia Bittencourt, de Jaguaripe; capitão-mór Manoel da Silva Coimbra de Maragogipe; coronel Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, de Santo Amaro e Simão Gomes Ferreira Veloso, de Inhambupe. Mais tarde a esses se juntaram Miguel Calmon du Pin e Almeida Manoel da Silva Carahy Manoel Dendê Bus Teodoro Dias de Castro Manoel dos Santos Silva e Francisco Ayres de Almeida Freitas. Esse Conselho tem contra si o comércio e a guarnição. Mas não se entibia, não se dá por vencido. Cria corpos de voluntários, inventa fortificações e começa o cerco de Salvador. "Era esse Conselho — escreveria, em 1923, o saudoso Alberto Rabelo — quem nomeava os comandantes para os diversos postos de terra e mar; cogitava de suprir os hospitais de sangue; requisitava escravos para servir nos corpos de 1a. linha; aumentava ou reduzia o soldo das tropas; determinava a circulação e validade das notas do Banco Nacional, que os inimigos da Independência tratavam de desacreditar". Coube, ainda, a esse Conselho interino abastecer a armada de Cockrane e nomear José Joaquim de Lima e Silva para o comando do exército pacificador.

— "Aqui se percebe o sentimento de uma nacionalidade que já não é portuguesa" — diz Bráz de Amaral — "se nota um vigor que de balde se procura nos acontecimentos do sul. Aqui aparece a raça brasileira, que é um povo novo, reagindo, sabendo querer uma causa, trabalhando para a conseguir e obtendo-a, através das dificuldades.

Se o que enobrece os homens é o que resulta do trabalho e é conquistado pelo valor, podemos nos gloriar do grande feito que é produto da nossa vontade e da nossa constância, e que alcançamos pagando à Pátria o pesado tributo da guerra e do sangue. Ganhamos a independência sem traição, nem conchavos, em batalhas dadas à luz do sol, como os povos considerados os mais nobres da terra têm realizado a suas aspirações liberais".

Antes que a 2 de Julho as tropas libertadoras, entre as delirantes aclamações do povo, chegasse vitoriosas a Soliedade, muito haviam sonhado, e lutado, e sofrido por aquele dia os bahianos do rencôncavo. Sem eles, a nossa terra teria sido apenas o palco das lutas pela constituição da Independência brasileira. O 2 de Julho não seria obra nossa, dos nossos antepassados, dos que, como nós, formaram o seu espírito e plasmaram a sua fé no carinhoso aconchego da terra natal. Por isso é que a eles, a esses pioneiros, prefiro dirigir, nesta festa, a minha saudação. E é a sua memória que neste instante — permiti minhas senhoras e meus senhores — faça também em vosso nome — aqui juntos desfolhamos as rosas da gratidão da nossa Bahia, tanto mais quanto mais ausente dela a vida nos faz, tanto mais estremecida quanto mais ela se remoça eternisa, enquanto nós envelhecemos e passamos.

E sejam as vossas, as nossas calmas as petalas dessas rosas".